

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Vida Seguradora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:
a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural, sociedade que controla esta Seguradora.

b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e rural.
A Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012 deliberou, entre outros assuntos, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações Ltda., com (a) a versão do acervo líquido cindido da Aliança Participações à SH1 e a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e (b) a versão do acervo líquido cindido da MAPFRE Participações à SH1 e a Seguradora, com a consequente extinção das empresas cindidas. A partir dessa operação, a SH1 passou a controlar diretamente a Seguradora.
Em 2012, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 245,0 milhões e lucro líquido de R\$ 92,6 milhões, que representam incrementos de 53,7% e de 4,7%, respectivamente, sobre o exercício anterior. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de outubro de 2012, os Acionistas deliberaram o

pagamento de dividendos no valor de R\$ 57.700 mil.
Em atendimento à Circular SUSEP 430/12, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 198,4 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2013
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante		493.079	457.856	Circulante		264.495	271.614
Disponível		783	1.226	Contas a pagar		72.033	51.941
Aplicações	5/6	398.296	381.298	Obrigações a pagar		26.464	5.042
Créditos das operações com seguros e resseguros		33.388	27.392	Impostos e encargos sociais a recolher		91	540
Prêmios a receber	7	25.187	26.064	Impostos e contribuições		42.563	44.200
Operações com seguradoras		1.041	-	Outras contas a pagar		2.915	2.159
Outros créditos operacionais		7.160	1.328	Débitos de operações com seguros e resseguros		7.240	7.392
Ativos de resseguro - provisões técnicas		3.168	3.011	Prêmios a restituir		2.872	1.518
Títulos e créditos a receber		45.526	33.193	Operações com seguradoras		1.248	1.124
Títulos e créditos a receber		1.071	16.367	Operações com resseguradoras		58	1.839
Créditos tributários e previdenciários	19b	44.435	16.806	Corretores de seguros e resseguros		2.134	1.173
Outros créditos		20	20	Outros débitos operacionais		928	1.738
Outros valores e bens		8.785	7.373	Depósitos de terceiros		11	4.007
Despesas antecipadas		27	30	Provisões técnicas - seguros		12	181.215
Custos de aquisição diferidos		2.466	4.333	Pessoas		181.215	205.453
Seguros		2.466	4.333	Passivo não circulante		83.519	66.750
Ativo não circulante		276.266	220.324	Provisões técnicas - seguros		12/15	82.711
Realizável a longo prazo		273.354	217.080	Pessoas		82.711	66.073
Aplicações	5/6	198.441	155.324	Outros débitos		16	808
Títulos e créditos a receber		72.716	58.552	Provisões judiciais		808	677
Créditos tributários e previdenciários	19b	64.593	50.507	Patrimônio líquido		17	421.331
Depósitos judiciais e fiscais		8.123	8.045	Capital social		335.391	223.217
Custos de aquisição diferidos		2.197	3.204	Aumento de capital (em aprovação)		-	-
Seguros		2.197	3.204	Reserva especial de ágio	17c	57.609	-
Investimentos		408	295	Reservas de lucros		74.056	50.150
Participações societárias		401	287	(-) Ações em tesouraria		(45.725)	(45.725)
Outros investimentos		7	8	Total do passivo		769.345	678.180
Imobilizado		9	2.504				
Bens móveis		1.916	2.101				
Outras imobilizações		588	669				
Intangível		10	-				
Outros intangíveis		-	179				
Total do ativo		769.345	678.180				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

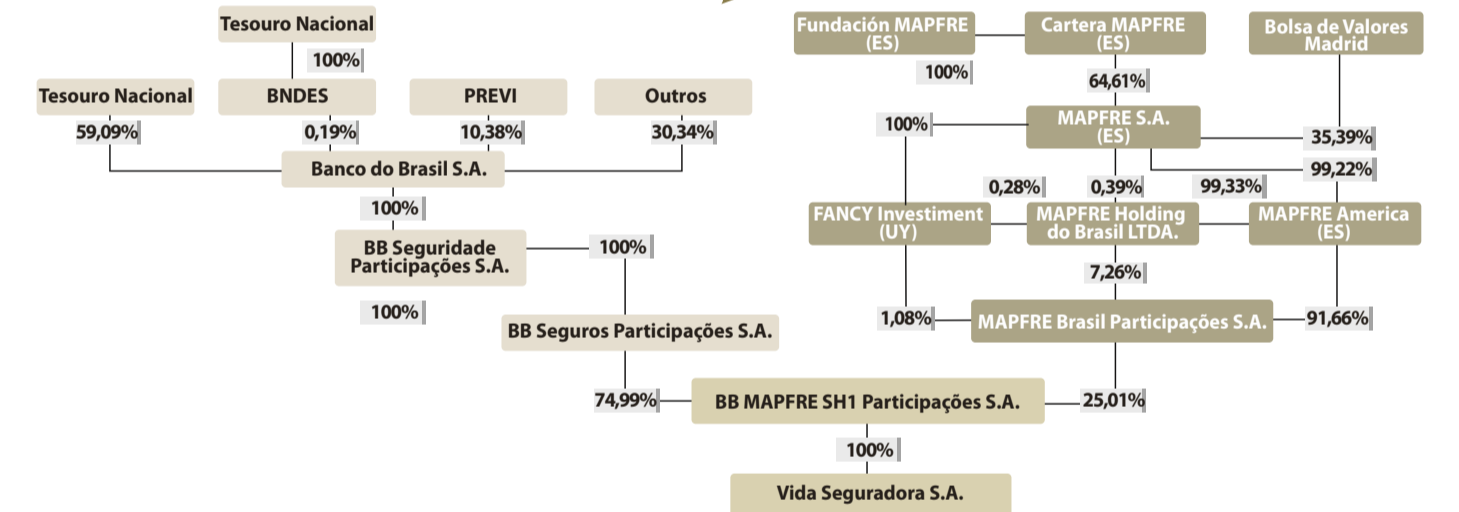
Saldos em 31 de dezembro de 2010	Aumento (redução) de capital (em aprovação)		(-) Ações em tesouraria		Reserva de capital	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados (96.206)	Total (127.011)
	223.217	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital:									
AGE de 28 de fevereiro de 2011									181.685
Recebimento da cisão da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência - AGE de 28 de fevereiro de 2011									26.696
Absorção de prejuízo acumulado pelo capital									69.510
Aquisição de 5.315 ações próprias - AGE de 29 de dezembro de 2011									(45.725)
Lucro líquido do exercício									88.491
Proposta para distribuição do resultado:									-
Reserva legal									4.425
Reserva para futuro aumento de capital									(84.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	223.217	112.174	(45.725)	-	45.725	4.425	-	(84.066)	339.816
Aumento de capital:									
Aprovação de capital - Portaria SUSEP nº 4.533 de 03 de abril de 2012									181.685
Aprovação de redução de capital - Portaria SUSEP nº 4.908 de 10 de outubro de 2012									69.511
Reserva especial de ágio - AGE de 30 de novembro de 2012									57.609
Lucro líquido do exercício									92.607
Proposta para distribuição do resultado:									-
Dividendos deliberados em AGE de 08 de outubro de 2012									(11.975)
Reserva legal									4.631
Proposta de dividendos mínimos obrigatórios									(11.000)
Reserva de lucros									(65.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	335.391	-	(45.725)	57.609	65.000	9.056	-	(65.001)	421.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Vida Seguradora S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nos seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada na Rua Araújo Alquer nº 36 - 3º andar, Rio de Janeiro e cadastrada no CNPJ sob o nº 02.238.239/0001-20. Em 5 de maio de 2010, o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil (BB), por meio da MAPFRE Brasil Participações S.A. e da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB), para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. Em decorrência do processo de preparação do Grupo MAPFRE para a parceria com o Banco do Brasil, as operações da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram incorporadas em março de 2011 pela Vida Seguradora S.A. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades

Holdings, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais *affinity*. Visando a simplificação do modelo operacional e da estrutura societária do Grupo Segurador BBMAPFRE, em Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A. (doravante designada por "Aliança Participações") e MAPFRE Participações Ltda. (doravante designada por "MAPFRE Participações"), com (a) a versão do acervo líquido cindido da Aliança Participações à SH1 e à Companhia de Seguros Aliança do Brasil e (b) a versão do acervo líquido cindido da MAPFRE Participações à SH1 e à Seguradora, conforme detalhado na nota explicativa 22, com consequente extinção das empresas cindidas. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 430, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPC's homologados pela SUSEP. A Circular SUSEP 430/12 revoga a Circular SUSEP 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2013. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposições do CPC nº 21 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular nº 430, de 5 de março de 2012. Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração do fluxo de caixa, está sendo divulgada pelo método indireto, consequentemente a referida demonstração relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgada pelo método direto, está sendo representada para fins de comparabilidade. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii) ativos e passivos financeiros somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos com a contraparte e quando a Seguradora apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente; iv) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; e v) os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos, em conjunto ou individualmente. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP, exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b - Instrumentos financeiros;
- Nota 3g - Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3h - Mensuração dos contratos de seguros;
- Nota 3j - Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3k - Provisões técnicas;
- Nota 3l - Teste de adequação dos passivos;
- Nota 7 - Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e
- Nota 15 e 16 - Provisões judiciais.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento líquido ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores. **b) Instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. *Empréstimos e recebíveis:* Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e cossseguradoras, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício. v. *Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5d. **c) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. i. *Contratos de investimentos:* A Seguradora mantém operações envolvendo

instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Bmf&Fbovespa. ii. *Contratos de seguros:* Quando um derivativo emitido é identificado a Seguradora analisa se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos:** i. *Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para a reclassificação de ativos financeiros, a perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a

negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado e abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. As estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e controles internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADORA BANCO DO BRASIL E MAPFRE, mediante designação apenas Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração. **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento à Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar à Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre respeitando o princípio de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de risco em programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto e líquido de resseguro.

Bruto de Resseguro Região geográfica	DPVAT		Vida		2012 Total	
	RS	%	RS	%	RS	%
Centro Oeste	3.007	1,2%	1.664	0,8%	4.671	2,0%
Nordeste	6.453	2,6%	1.507	0,6%	7.960	3,3%
Norte	941	0,4%	418	0,2%	1.359	0,6%
Sudeste	23.317	9,5%	181.061	74,1%	204.378	83,6%
Sul	8.059	3,3%	17.720	7,3%	25.780	10,6%
Total	41.777	17,0%	202.570	83,0%	244.348	100,0%

Líquido de Resseguro Região geográfica	DPVAT		Vida		2012 Total	
	RS	%	RS	%	RS	%
Centro Oeste	3.007	1,2%	1.792	0,7%	4.798	2,0%
Nordeste	6.453	2,7%	1.436	0,6%	7.889	3,3%
Norte	941	0,4%	920	0,2%	1.861	0,8%
Sudeste	23.317	9,5%	178.637	71,1%	201.954	83,8%
Sul	8.059	3,3%	16.965	7,0%	25.025	10,3%
Total	41.777	17,3%	199.258	82,6%	241.035	100,0%

Bruto de Resseguro Região geográfica	DPVAT		Vida		2011 Total	
	RS	%	RS	%	RS	%
Centro Oeste	1.818	1,1%	1.697	1,1%	3.515	2,2%
Nordeste	3.233	2,0%	1.072	0,7%	4.304	2,7%
Norte	747	0,5%	225	0,1%	972	0,6%
Sudeste	17.905	13,0%	112.765	70,8%	130.670	82,1%
Sul	4.751	3,0%	15.061	9,5%	19.812	12,4%
Total	28.454	19,6%	130.820	82,2%	159.273	100,0%

Líquido de Resseguro Região geográfica	DPVAT		Vida		2011 Total	
	RS	%	RS	%	RS	%
Centro Oeste	1.818	1,2%	1.615	1,0%	3.433	2,2%
Nordeste	3.233	2,1%	1.011	0,6%	4.244	2,7%
Norte	747	0,5%	205	0,1%	952	0,6%
Sudeste	17.905	11,5%	110.383	70,7%	128.288	82,2%
Sul	4.751	3,0%	14.418	9,2%	19.168	12,3%
Total	28.454	18,2%	127.632	81,8%	156.085	100,0%

Sensibilidade do risco de seguro: As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** 1) Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência e a data de aviso dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequentemente resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 13,35%. 2) Provisão de Insuficiência de Prêmios PIP para seguros de curto prazo. Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o patrimônio líquido e o resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a provisão de prêmios não ganhos - PPNG é suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **b) Sinistralidade:** Simulamos como um agravamento de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado no patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Total	Sensibilidade	2012	2011
			Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Impacto no patrimônio líquido/ resultado
a. Provisões Técnicas				
Alteração das principais premissas das provisões técnicas				
a.1. IBNR	Aumento	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(2.098)	(3.861)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(6.403)	(3.475)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: **•** Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; **•** Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; **•** incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e **•** Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com produtos diversos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE.

Tipo de Ressegurador	Nome do Ressegurador	% de Cessão	RATING	2012	2011
				Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Impacto no patrimônio líquido/ resultado
Local	IRB BRASIL RESEGUROS S.A.	3,64%	Não Atribuído		
	MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS				
Admitido	SCOR REINSURANCE COMPANY	5,18%	A+		

Grupo de Ramos	Prêmio Emitido Líquido*	Resseguro Cedido	Retenção	2012	
				Prêmio Emitido Líquido*	Resseguro Cedido
Pessoas Coletivo	87.887	3.313	96,2%		
Pessoas Individual	114.684	0	100,0%		
Total	202.571	3.313	98,4%		

Grupo de Ramos	Prêmio Emitido Líquido*	Resseguro Cedido	Retenção	2011	
				Prêmio Emitido Líquido*	Resseguro Cedido
Pessoas Coletivo	71.870	3.097	95,7%		
Pessoas Individual	58.950	90	99,8%		
Total	130.820	3.187	97,6%		

* Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos.

Gerenciamento do risco de crédito: Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes foram em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma posição forte de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações.

	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	783	42.201	-	783
Valor justo por meio do resultado	355.719	-	-	397.920
Mantidos até o vencimento	-	198.442	-	198.442
Créditos das operações de seguros e resseguros	33.388	-	-	33.388
Ativos de resseguro	3.168	-	-	3.168
Créditos tributários e previdenciários	44.435	64.593	-	109.028
Despesas antecipadas	27	-	-	27
Custo de aquisição diferidos	2.466	1.850	347	4.663
Outros ativos	10.891	-	-	10.891
Total dos ativos financeiros	450.877	307.086	347	758.310
Contas a pagar	72.033	-	-	72.033
Débitos de operações com seguros e resseguros	7.240	-	-	7.240
Depósitos de terceiros	4.007	-	-	4.007
Provisões técnicas - seguros e resseguros	181.215	54.393	28.318	263.926
Total dos passivos financeiros	264.495	54.393	28.318	347.206

Vida Seguradora S.A. - CNPJ nº 02.238.239/0001-20

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 8.123 mil e os passivos financeiros relativos a provisões judiciais no valor de R\$ 808 mil não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais.

Risco de mercado: O GRUPO SEGURADORA BANCO DO BRASIL E MAPFRE adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Financeiro e pela Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas *Stress Testing* e *Value At Risk* e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de *Stop Loss*. Seguradora acompanha o VaR da carteira de investimentos diariamente, por meio das informações disponibilizadas pela MAPFRE DTVM. O risco da carteira é apresentado em reunião do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação dos ativos da carteira. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração por parte de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível à variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 597.377 mil de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 198.441 mil foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", R\$ 48.302 mil referente à posição de DPVAT e R\$ 1.015 mil relativo a investimento em fundo não exclusivo. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 349.619 mil. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data base do balanço.

	2012 Impacto no patrimônio líquido e resultado	2011 Impacto no patrimônio líquido e resultado
Fator de risco		
Taxa de juros		
Elevação de taxas	(260)	(1.371)
Redução de taxas	290	1.594
Parâmetros: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011; e b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de <i>compliance</i> interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto-avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e à Administração. Gestão de capital: O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Durante o exercício de reporte e em exercícios anteriores, a Seguradora não manteve nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Seguradora é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP.		

	2012	2011
Patrimônio líquido	421.331	339.816
Participações em coligadas e controladas	401	287
Despesas antecipadas	27	30
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	13.167	31.568
Ativos intangíveis	-	7
Obras de arte	-	8
Patrimônio líquido ajustado (a)	407.729	307.744
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	48.331	31.228
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	30.261	10.872
Margem de solvência (b)	48.331	10.872
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional total (Subscrição e Crédito) (CA)	34.757	23.866
Capital adicional de subscrição (CAr)	24.112	23.833
Capital adicional de crédito (CAc)	15.728	65
Correlação entre capitais adicionais	(5,084)	(32)
Capital base + capital adicional (c)	49.757	38.866
Capital mínimo requerido (d) (maior entre (b) e (c))	49.757	38.866
Suficiência de capital (e = a - d)	357.972	268.878
Suficiência de capital (e/d)	719,44%	691,82%

5. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras:

	2012	2011
Ativos designados a valor justo por meio do resultado	397.921	90%
Carteira própria	378.844	100%
Letras financeiras do tesouro	-	0%
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	48.302	12%
Fundos exclusivos	401	0%
Fundos de investimentos - abertos/outs	401	0%
Letras financeiras do tesouro	72.015	18%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	2.544	1%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	0	0%
Operações compromissadas	88.041	22%
Over	146.997	37%
Swap (nota 5)	-	0%
Títulos da dívida agrária	39.621	10%
Ativos mantidos até o vencimento	198.441	100%
Fundos exclusivos	34.769	18%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	163.672	82%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1.015	100%
Outras aplicações	597.377	100%
Total da carteira	597.377	100%

b) Movimentação das aplicações financeiras:

	2012	2011
Saldo inicial	536.622	112.811
Aplicações	57.232	685.191
Resgates	(54.697)	(316.986)
Cancelamentos	58.220	55.606
Saldo final	597.377	536.622

c) Composição por prazo e por título

	1 a 30 dias ou sem vencimento		31 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor Contábil	Valor Curva
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011		
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	283.345	72.097	181.061	72.097	181.061	72.097				

15. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

Probabilidade de perda	2012			2011		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão
Provável	941	28.594	28.594	885	22.748	22.748
Total	941	28.594	28.594	885	22.748	22.748

b) Composição das ações judiciais envolvendo sinistros

Ano de abertura	2012		2011		
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial	
Até 1998	-	-	Até 1998	25	
1999	-	-	1999	4	
2000	1	2	2000	7	
2001	4	123	2001	34	
2002	6	131	2002	71	
2003	30	1.541	2003	112	
2004	66	2.487	2004	154	
2005	124	4.931	2005	165	
2006	97	2.916	2006	101	
2007	101	2.621	2007	83	
2008	181	5.029	2008	75	
2009	128	3.693	2009	51	
2010	102	2.665	2010	23	
2011	67	1.644	2011	3	
2012	34	811	2012	-	
Total	941	28.594	Total	885	22.748

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

	Total 2012	Resseg 2012	Total 2011	Resseg 2011
Saldo no início do exercício	22.748	1.329	15.088	2.101
Total pago no exercício	8.424	618	3.942	455
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	8.424	618	3.942	455
Quantidade de ações pagas no exercício	481	11	47	4
Novas constituições no exercício	5.987	62	10.861	-
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	185	3	405	-
Novas constituições referente a citações do exercício base no questionário trimestral	5.987	62	10.861	-
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(1.860)	(96)	-	-
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	10.143	126	741	(317)
Saldo final do exercício	28.594	802	22.748	1.329

16. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2012	2011	2012	2011
Natureza				
Trabalhista	490	359	200	200
Cível	318	318	144	144
Total	808	677	344	344

Trabalhista e cíveis: A provisão foi constituída com base na análise da administração dos riscos e histórico de perdas.

b) Movimentação

Saldo inicial	2012		2011	
	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total	Total
Constituições	359	318	677	114
Atualização monetária	91	91	182	91
Baixas	(74)	(74)	(148)	(74)
Saldo final	490	318	808	808

c) Composição das ações judiciais de naturezas trabalhista e cível por probabilidade de perda

II - Trabalhistas	2012		2011	
	Quantidade	Valor reclamado	Quantidade	Valor reclamado
Provável	3	433	4	715
Possível	1	56	-	-
Remota	-	-	4	1.637
Total	4	490	8	2.352

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 335.391 mil (R\$ 223.217 mil em 2011), representado por 50.374 ações ordinárias, sem valor nominal. O aumento de capital de R\$181.686 mil, deliberado na AGE de 28 de fevereiro de 2011 foi aprovado pela SUSEP, conforme Portaria SUSEP nº 4.533 de 3 de abril de 2012. **b) Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. **c) Reserva de Capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2012, os acionistas aprovaram a criação da Reserva Especial de Ágio no montante de R\$ 57.609 mil, constituída pelo ágio absorvido da MAPFRE Participações, conforme demonstrado na nota 22, deduzido da provisão para manutenção do patrimônio líquido (PML), constituída nos termos dos itens 44 e 46 da Interpretação Técnica nº 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **d) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **e) Reserva estatutária:** Conforme previsto no artigo 29º do Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, foi transferida à conta de reserva estatutária, até o limite do capital social. **f) Ações em tesouraria:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2011, os Acionistas aprovaram a aquisição pela Seguradora 5.318 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão, sem diminuição do capital social, para permanência em tesouraria, no valor de R\$ 45.725 mil pagas à BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações Ltda. **g) Distribuição de resultados:** Para o resultado do exercício 2012, a Administração propõe as seguintes distribuições:
 Lucro líquido do exercício 92.607
 Constituição da reserva legal (5%) (4.631)
 Lucro líquido ajustado 87.976
 Dividendos mínimos obrigatórios (25%) 63.678
 Adicional distribuído 22.975
Total de dividendos distribuídos 68.700
 Distribuição dos dividendos 68.700
 Dividendos distribuídos para as ações ordinárias 68.700
 Quantidade de ações 50.374
 Ações ordinárias 50.374
 Dividendos distribuídos por ação 1.363,7987
Saldos em 31 de dezembro de 2011
 (+) Distribuição de dividendos do exercício 22.975
 (+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos 45.725
 (-) Pagamentos (57.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 11.000

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Principais ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ramos de atuação						
Prestamista	55.876	66.817	22,72%	13,90%	5,22%	2,30%
Acidentes pessoais individuais	6.290	3.891	21,21%	8,30%	0,17%	0,10%
Acidentes pessoais coletivos	22.429	13.325	24,73%	8,20%	23,91%	6,70%
Vida em grupo	63.678	61.835	70,94%	29,80%	25,73%	13,40%
Renda de eventos aleatórios	1.522	(890)	8,12%	2,60%	8,02%	-1,20%
DPVAT	41.777	28.452	87,94%	32,40%	1,46%	0,90%
Demais ramos	112.920	93.906	25,67%	10,90%	5,11%	1,50%
Total	304.492	267.336	42,89%	18,20%	10,24%	9,94%

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **VIDA Seguradora S.A. - CNPJ 02.238.239/0001-20**
1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da Vida Seguradora S.A. com data base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 457/2012 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.
2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da Vida Seguradora S.A., referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisões de riscos não expirados, provisão de riscos vigentes e não recebidos, provisão de excedentes técnicos, provisão de oscilação financeira, provisão de despesas administrativas, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.
3. Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios, e também não houve a necessidade de constituição da provisão de insuficiência de contribuições, devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira.
4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitas, e compreendendo em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores **VIDA Seguradora S.A.**
 Rio de Janeiro - RJ
 Examinamos as demonstrações financeiras da Vida Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, com alcance sobre a Vida Seguradora S.A.
 O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas.
 O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.
 O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., para o exercício de sua missão institucional, reunindo-se mensalmente no período de janeiro a dezembro de 2012, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adequadamente sintetizadas.
Sistema de Controles Internos
 Em 2012, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos ao gerenciamento de riscos

DIRETORIA

Roberto Barroso Diretor Presidente	Alencar Rodrigues Ferreira Júnior Benedito Luiz Alves Dias Bento Aparício Zanzini	Carlos Alberto Landim Cleide da Penha Fonseca Rodrigues Felipe Costa da Silveira Nascimento	Luís Carlos Guedes Pinto Raphael de Luca Júnior Sérgio Ricardo Miranda Nazaré Marcos Renato Coltri
--	--	--	--

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP1837170-5 "S" - RJ

b) Prêmios emitidos

	2012	2011
Prêmios diretos	244.971	159.334
Prêmios de cosegueros cedidos	204.160	131.848
Repasse DPVAT	(966)	(966)
c) Sinistros ocorridos	41.777	28.452

	2012	2011
Sinistros Ressarcimentos	(130.601)	(100.179)
Variação das provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	(128.307)	(99.623)
Serviço de assistência	(1.668)	(169)
Operações de seguros	(626)	(387)

d) Custo de aquisição

	2012	2011
Comissões	(31.185)	(26.582)
Recuperação de comissões	(22.059)	(19.376)
Despesas com inspeção de riscos	(189)	65
Variação das despesas de comercialização diferidas	(6.064)	(3.942)
	(2.873)	(3.329)

e) Despesas administrativas

	2012	2011
Pessoal próprio	(22.059)	(25.643)
Serviços de terceiros	(9.211)	(7.951)
Localização e funcionamento	(4.871)	(8.958)
Publicidade e propaganda	(2.478)	(3.660)
Convênio DPVAT	(1.120)	(391)
Outras despesas administrativas	(3.239)	(2.414)
	(1.140)	(2.269)

f) Despesas com tributos

	2012	2011
COFINS	(12.203)	(9.441)
PIS	(10.036)	(7.378)
Taxa de fiscalização	(1.631)	(1.211)
Outras despesas com tributos	-	(346)
	(536)	(506)

g) Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras	58.220	55.606
Títulos de renda fixa-públicos	54.484	52.893
Operações de seguros	(3.736)	(2.723)
Despesas financeiras	(7.330)	(3.633)
Convênio DPVAT	(7.207)	(3.477)
Outras despesas financeiras	(123)	(156)
Total	50.890	51.973

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Relação	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
Aliança do Brasil Seguros S.A.	Coligada	222	-	-	222
Brasileveículos Companhia de Seguros	Coligada	-	686	686	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	Coligada	-	308	308	-
MAPFRE Affinity Seguradora S.A.	Coligada	1.426	-	1.426	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	-	7.292	7.292	20
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	-	2.058	975	5
MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.	Coligada	-	-	-	194

Conforme acordo operacional firmado entre os acionistas, a Seguradora utiliza estrutura administrativa operacional comum, sendo que em conjunto com as empresas do Grupo MAPFRE compartilha: serviços de contabilidade, gestão de recursos humanos, jurídico corporativo, auditoria interna e compliance, administração geral e sistemas de gestão operacional de seguros de vida. As despesas incorridas com essa estrutura são rateadas com base no esforço empregado por área de cada empresa. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **a) Outras informações:** Não são efetuados pela seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do conselho de administração ou da diretoria e seus familiares, conforme legislação em vigor. As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas. **b) Participação acionária:** Os membros da Administração e da Diretoria da Seguradora não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Seguradora em 31 de dezembro de 2012. **c) Compartilhamento de despesas:** Em 2012 foi implementada a distribuição das despesas administrativas entre as empresas operacionais do Grupo Segurador BBMAPFRE através do Modelo de Alocação e Rateio de Custos - M.A.R.C. Visando a aplicabilidade do modelo, foi elaborada a padronização das estruturas de centros de custos para todas as empresas do Grupo, criados com base nos organogramas contemplando o nível de detalhamento gerado até o nível de Gerências. O rateio contemplou os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing) incorridos em 2012, impactando no resultado e contas patrimoniais, por empresa, conforme apresentado no quadro acima, sendo que as liquidações financeiras entre as empresas ocorrerão no início de 2013.

21. TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA - INCORPORAÇÃO

Em 5 de maio de 2010, o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóvel. A operacionalização dessa parceria requer a reorganização societária da área de seguros da MAPFRE, no qual se inclui esta Seguradora. Nesse contexto, as operações da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram incorporadas em 31 de março de 2011 pela Vida Seguradora S.A. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das Cartas SUSEP/SEGER nº 121 e 122 de 2010. A Portaria SUSEP nº 4.533 de 3 de abril de 2012 aprovou a cisão parcial da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., com versão de todos os bens, direitos e obrigações relacionadas com a carteira de seguros de pessoas, exceto os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, para a Seguradora. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: a) Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma Seguradora, com relação ao seguro; b) Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices e certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros; c) Prestar o atendimento pós-venda ao cliente e segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente; e d) Os montantes incorporados foram os seguintes:

Incorporação da carteira de vida	Passivo Circulante	Incorporação da carteira de vida	Passivo Circulante
429.992	279	161.825	279
344	6	161.825	6
Caixa e bancos	344	161.825	344
Aplicações	356.194	161.825	356.194
Quotas de fundos de investimentos	356.194	161.825	356.194
Créditos das operações com seguros e resseguros	71.637	161.825	71.637
Prêmios a receber	76.123	161.825	76.123
(-) Provisão para riscos de crédito	(4.486)	161.825	(4.486)
Títulos e créditos a receber	314	161.825	314
Outros créditos	314	161.825	314
Despesas antecipadas	110	161.825	110
Administrativas	110	161.825	110
Despesas de comercialização diferidas	22.975	161.825	22.975
Seguros e resseguros	1.384	161.825	1.384
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	9	161.825	9
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	9	161.825	9
Realizável a longo prazo	108.777	161.825	108.777
Aplicações	97.735	161.825	97.735
Quotas de fundos de investimentos	97.735	161.825	97.735
Títulos e créditos a receber	2.478	161.825	2.478
Créditos tributários e previdenciários	1.429	161.825	1.429
Depósitos judiciais e fiscais	1.049	161.825	1.049
Despesas de comercialização diferida			